

# ARGENTINA

## Um problema: a data do acordo com o FMI.

O governo de Raúl Alfonsín está enfrentando um dilema: decidir se apresenta, antes da reunião de credores que se realizará em Bogotá, a carta de intenções para renegociar a dívida externa da Argentina, ou se adia a entrega para depois do encontro, que será no próximo mês de junho.

O assunto foi analisado ontem durante mais de duas horas pelo presidente Raúl Alfonsín, em reunião com o gabinete econômico. As questões técnicas para a redação do documento já foram equacionadas e a Secretaria de Planejamento Econômico só espera o "sinal verde" para elaborar o texto final. Entretanto, há uma corrente dentro do próprio governo — a "Fundação Ernesto Blanco", que reúne os economistas mais jovens da União Cívica Radical, o partido de Alfonsín — que faz objeções à apresentação da carta de intenções antes da reunião de Bogotá. Consideram esses economistas que a divulgação do documento, no momento atual, seria interpretada pelos governos mais inflexíveis em matéria de renegociação como um sinal de vacilação, desanimando os países com menores compromissos e que estão dispostos a dar respaldo a uma frente de devedores.

Ao lado da decisão política, também estão contribuindo para manter em suspenso a carta ao FMI as sondagens sobre o melhor caminho a seguir, que estão sendo feitas tanto pelo governo de Buenos Aires como pelos bancos credores. Assim, adquire especial significado a presença, na Argentina, de William Rhodes, o quarto homem na hierarquia do Citicorp e presidente do comitê de bancos credores da América Latina.

A meta de Rhodes é chegar a uma fórmula para que a Argentina pague US\$ 1 bilhão, pendente de uma operação de US\$ 1,5 bilhão contratada em 1983, e cubra uma cota trimestral de juros da dívida externa que chega quase a US\$ 700 milhões. Rhodes procura, assim evitar que se repita a situação ocorrida a 30 de março último, quando a Argentina teve de recorrer ao Brasil, Colômbia,

Venezuela e México para saldar US\$ 500 milhões em juros atrasados e evitar, desta forma, que os credores fechassesem seus balanços com saldo negativo.

### Salários, um problema.

A Argentina está tentando obter uma prorrogação para pagar esses juros e essa parcela da dívida. O presidente do Banco Central, Enrique García Vázquez, ponderou que o único caminho para cumprir com os referidos compromissos talvez seja o traçado por William Rhodes.

Mas o FMI é taxativo em matéria de salários: exige o seu congelamento. Um extremo que contradiz as declarações expressas de Alfonsín, que prometeu elevá-los entre 6% e 8%, em termos reais este ano. "O FMI tem que compreender que, se não elevamos os salários em termos reais, não teremos reativação industrial, e os sindicatos passarão a fazer uma oposição selvagem", comentou o ministro da Economia, Bernardo Grinspan.

A elevação salarial prometida significa um adiamento da luta contra a inflação e, até o momento, é a inflação a maior preocupação do presidente Alfonsín, que segue, com docilidade, o seu ministro da Economia, num campo onde se sente inseguro.

"As receitas do FMI estão superadas pelas condições da economia mundial. Estes programas recessivos eram suficientes para o ajuste externo. Os devedores recuperavam sua liberdade de decisão uma vez cumpridos os compromissos e, a longo prazo, não ficavam afetados", disse ao JT o presidente do Banco da Província de Buenos Aires, Aldo Ferrer. Mas, hoje, a situação mudou. Como a dívida continuará pendente por muito tempo, os compromissos que estão em discussão afetarão a política econômica a longo prazo, e por um tempo impossível de limitar.

"Isto implica uma subordinação indefinida da soberania interna aos critérios do FMI, o que constitui uma ameaça à nossa autodeterminação", concluiu Ferrer.

